

DO MULHERIO À CAPITOLINA: retratos dos feminismos na mídia brasileira

Raquel de Barros Pinto Miguel^{*}
Maria Laura Silveira dos Santos^{**}
Luísa Costa Miguel^{***}

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo debruçar-se sobre dois periódicos feministas que circularam/circulam no Brasil em diferentes momentos históricos: Mulherio (década de 1980) e Capitolina (desde 2014). Ao analisá-los foi possível verificar permanências, bem como mudanças, tanto na forma como o feminismo se apropria dos meios de comunicação para fazer circular suas agendas, quanto nas pautas abordadas pelo movimento em diferentes momentos de história. O meio digital tem proporcionado diferentes espaços de luta, porém, muitas pautas mantêm-se as mesmas: violência contra as mulheres, aborto, divisão sexual do trabalho. A pluralidade dos feminismos fica mais evidente na Capitolina, em sintonia com a perspectiva interseccional. Espera-se, a partir de tais reflexões, contribuir para os estudos acerca da interface mídia e feminismos, em especial no que tange à imprensa feminista no Brasil.

Palavras-chave: feminismos, mídia, imprensa feminista.

Abstract

The objective of this research was to look at two feminist journals that circulate/circulated in Brazil at different historical moments: Mulherio (the 1980s) and Capitolina (since 2014). In the analysis, it was possible to verify permanences and changes, both in the way feminism appropriates the means of communication to make their agendas circulate, as well as in the subjects addressed by the movement at different moments in history. The digital medium provides different spaces for the fight, however, many topics remain the same: violence against women, abortion, the sexual division of labor, among others. The plurality of feminisms is more evident in Capitolina, in line with an intersectional perspective. It is hoped, from these reflections, to contribute to studies on the interface of media and feminisms, especially with regard to the feminist press in Brazil.

Keywords: feminisms, media, feminist press.

* Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Ciências Humanas pela mesma universidade. Estágios pós-doutorais na Université Paris Diderot - Paris 7 e na Université Paris 13 - Sorbonne Paris Cité. Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Estudante de Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

*** Estudante de Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Historicamente a imprensa feminista tem se manifestado de diferentes formas, desde panfletos, jornais impressos, zines, até os contemporâneos blogs, sites e redes sociais. Diferentes grupos de mulheres, em diferentes períodos históricos, vêm produzindo formas alternativas de utilizar os veículos de comunicação como um espaço de luta. Autoras¹ que se debruçam sobre esse tema apontam as várias dificuldades encontradas pelas mulheres que produziam tais meios de comunicação, desde a questão financeira até a censura moral referente aos assuntos tratados. É em meio a "altos e baixos" que a história da imprensa feminista vem sendo escrita, entrelaçada à história do movimento feminista.

Com relação à noção de feminismo, é importante destacar seu caráter polissêmico. De acordo com Mary Hawkesworth (2006, p. 746), "o feminismo tem sido concebido de maneira muito ampla, como uma ideia, um conjunto de convicções, uma ideologia, um movimento social, e uma práxis.". Assim, ao falar de "feminismos", ou "movimento feminista", faz-se referência a uma multiplicidade de posições e entendimentos sobre esses conceitos.

Da mesma forma, o movimento feminista é atravessado por uma pluralidade de sujeitos e perspectivas, que vão marcar a sua história de transformações, avanços e contradições (ALVES; PITANGUY, 2003). Trata-se, portanto, de um campo teórico, mas também de uma arena, de um lugar político, de modo que "vozes marcadas por diferenças geográficas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, geracionais, convivem, dialogam, disputam e se intersectam, acentuando-se reciprocamente, em variações que muitas vezes nos escapam" (SCHMIDT, 2004, p. 17).

Esta pluralidade que caracteriza o movimento feminista - por meio de seus diferentes interesses, demandas e perspectivas teórico-políticas - também se faz presente na imprensa feminista. Um breve passeio na história nos permite identificar periódicos brasileiros que debatiam temas como: sufrágio, participação política e educação

emancipatória das mulheres, liberação sexual, mulheres e trabalho, aborto, igualdade de direitos e violência.

Já no século XIX, no Brasil, é possível notar registros da existência de jornais feministas, ou voltados às "causas femininas", escritos por mulheres. Para citar alguns: *Beladona irada contra os sectários de Momo* (1833), *O sexo feminino* (1873), *A voz feminina* (1900) (DUARTE, 2016). Em consonância com o mote do conhecido feminismo de "primeira onda", os periódicos citados davam ênfase, de maneira geral, à reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos (PEDRO, 2005).

Assim é possível dizer que os periódicos feministas serviram de testemunhas das lutas reivindicatórias dos feminismos, ao longo da história do movimento. Dando um salto histórico, cabe dar destaque à imprensa feminista dos anos 1970. Neste período, as maiores lutas do feminismo de "segunda onda" giravam em torno do enfrentamento ao patriarcado e do direito ao prazer e à autonomia sobre o próprio corpo. No Brasil, em especial devido ao contexto de ditadura militar, assiste-se ao crescimento das discussões feministas de maneira intensificada no final dos anos 1970 e 1980. Além de pautas específicas do movimento, os jornais feministas desta época somavam-se à resistência à ditadura militar brasileira. Em meio a este cenário, merecem destaque os periódicos: *Brasil Mulher* (1975 – 1079), *Nós-mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981 - 1987).

Entre o final dos anos 1980 e começo da década de 1990 tem início a chamada "terceira onda" do movimento feminista. Essa onda é marcada por críticas ao caráter burguês-liberal do movimento, feito por e para mulheres brancas, heterossexuais, intelectualizadas e de camadas médias (GOMES; SORJ, 2014). Nesse contexto, destaca-se a produção intelectual desenvolvida a partir da articulação de categorias como raça e gênero. Um dos frutos dessas reflexões é a formulação do conceito de interseccionalidade, que compõe uma ferramenta para o entendimento de múltiplas opressões que se articulam ao gênero (CRENSHAW, 1989).

¹ São várias as pesquisas que se dedicam a estudar periódicos feministas. Entre estas é possível citar os trabalhos de Amelinha Teles, Rosalina Santa Cruz Leite, Constância Lima Duarte, Céli Pinto, Karina Jans Woitowicz.

Internacionalmente, merece destaque o trabalho de Amy Erdman Farrell a respeito da revista feminista estadunidense Ms. Magazine.

Seguindo pela lógica das ondulações do feminismo (mesmo tendo consciência de que esta periodização do movimento não é unânime), há quem se arrisque a falar em uma "quarta onda". Na esteira da "terceira onda", que veio para apontar e denunciar a predominância de um feminismo branco, de camadas médias e heterossexual, a possível "quarta onda" daria sequência à ideia da interseccionalidade. O grande diferenciador da desta onda estaria nas novas formas de divulgação do feminismo, nos novos espaços de militância. O ativismo nas redes sociais, ou, mais especificamente, a militância feminista no meio digital – chamada por algumas pesquisadoras de ciberfeminismo) - é que estariam à frente dessa nova ondulação feminista (LE MOS, 2009; BAÑÓN, 2013).

A pesquisadora Marlise Matos (2010), ao discutir a possibilidade dessa "quarta onda" na América Latina, dá destaque "aos desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e inter-movimentos". Nesse momento, tem-se assistido a uma intensa divulgação do feminismo no meio digital, tanto em blogs, sites quanto em redes sociais e publicações eletrônicas, como é o caso da revista digital *Capitolina*.

Diante deste cenário, a presente pesquisa teve como objetivo debruçar-se sobre dois periódicos feministas que circularam/circulam no Brasil em diferentes momentos históricos: *Mulherio*, publicado de 1981 a 1988 e *Capitolina*, publicado desde 2014 até os dias atuais. Buscou-se verificar possíveis permanências, bem como mudanças, tanto na forma como o feminismo se apropria dos meios de comunicação para fazer circular suas agendas, quanto nas pautas abordadas pelos periódicos.

Para tanto, foram examinados todos os exemplares do *Jornal Mulherio*, perfazendo um total de 40 edições, e todos os exemplares da revista *Capitolina* veiculados até o mês de junho de 2020, somando 50 edições. Após a leitura do material, foram registradas as informações referentes a cada uma das edições analisadas, como: ilustração das capas, número de páginas, tipo de papel (para *Mulherio*), seções, temas abordados e presença de publicidade. Foi feito, ainda, um resumo de cada edição de ambos periódicos contendo as matérias neles veiculadas. As informações encontradas foram

analisadas de acordo com os preceitos da Análise de Discurso Francesa, que toma o discurso como uma prática social, sendo construído no movimento em que se interligam o intradiscorso e o interdiscorso (PÊCHEUX, 1997). Sendo assim, seu objeto é a materialidade dos discursos produzidos, situados em seus contextos social, histórico e cultural (PAVEAU, 2006).

A partir destas informações, pôde-se vislumbrar algumas peculiaridades em cada um dos periódicos, tanto quanto à escolha dos temas, como em relação ao modo como esses temas foram debatidos. Para tanto, considera-se o fato de que quatro décadas separam a última publicação do *Mulherio*, da primeira publicação de *Capitolina*, período marcado por intensa transformação tecnológica, que culmina na ascensão das novas tecnologias digitais.

Dessa forma, serão apresentados, na sequência desse texto, primeiramente um breve histórico de cada uma das revistas analisadas. Posteriormente, ganharão espaço reflexões sobre as maneiras que os feminismos foram e são retratados em cada um dos periódicos, observando semelhanças, diferenças, bem como o lugar e a repercussão de cada uma dessas revistas no movimento feminista brasileiro.

Do papel ao digital: um pouco de história

A imprensa feminista, de uma forma geral, apresenta algumas características semelhantes, tais como: equipes de edição formadas por voluntárias, tiragem reduzida, poucos recursos financeiros e, especialmente, engajamento às lutas feministas. Nesse sentido, a autora estadunidense Amy Erdman Farrell (2004) - em seu livro sobre a revista feminista estadunidense *Ms. Magazine*, criada na década de 1970 - afirma que a maior parte dos periódicos feministas tinha alcance limitado, não apenas devido à sua baixa tiragem, mas porque acabava se endereçando para um público que já estava familiarizado com as discussões feministas.

Mulherio e *Capitolina* pertencem a contextos sociais, culturais e históricos diferentes, porém ambos surgem com o intuito de proporcionar um novo espaço para as mulheres/adolescentes, um espaço que questione os tradicionais discursos presentes nas revistas femininas. Alguns dos obstáculos encontrados por *Mulherio* não

fizeram parte da história de *Capitolina*, porém, outras dificuldades se fazem presentes no século XXI.

Mulherio: entre feminismo e democracia

Lançado em março de 1981, *Mulherio* tornou-se um dos mais importantes veículos feministas e alternativos da época. Ele foi resultado da concretização de um projeto de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FFC), envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil (FCC, [s.d.]; FREITAS, 2014). Pesquisadoras, estas, de grande relevância na história do feminismo brasileiro, tais como Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges. Na maior parte de sua trajetória, *Mulherio* foi financiado pela FFC e pela Fundação Ford.

O jornal surge, a princípio, como uma proposta de boletim informativo dirigido, especialmente, para órgãos de comunicação, grupos de mulheres, além de entidades culturais e acadêmicas. A edição inicial obteve relativo sucesso e o boletim foi transformado em um jornal de circulação habitualmente acadêmica e institucional, mas que, também, fazia-se presente nas bancas e assinaturas pessoais, colocando-se como um canal de intercâmbio de informações e de divulgação das experiências de mulheres pelo Brasil e pelo mundo.

Mulherio se destaca pela circulação fora do espaço de militância. Segundo Karina Woitowicz (2008), o que possibilitou essa abrangência foi a estratégia de divulgação do jornal, que era distribuído de forma gratuita em instituições, emissoras de televisão e rádio, bem como em grupos acadêmicos e feministas. Além disso, o material escrito no *Mulherio* era reproduzido – parcial ou integralmente – por outros jornais e algumas rádios do interior de São Paulo. Isso demonstra que as publicações do periódico iam além das assinaturas, chegando a um público mais amplo (Woitowicz, 2008).

A escolha do nome da revista tem uma história interessante. Na edição 0, em 1981, a jornalista Adélia Borges explica o porquê deste nome:

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associado a histerismo, gritaria, chatices, fofocagem ou, então “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: ‘1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa’. Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da

comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. todas sinônimos de meretriz. [...] Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática (BORGES, 1981, p. 01).

O *Mulherio* nasce em meio ao que costuma ser classificado como segunda onda do feminismo, que abrange o período entre as décadas de 1960 a 1980. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o feminismo de segunda onda é marcado pelo contexto político da ditadura militar, que se instala a partir do golpe de 1964. Nesse período, houve uma inserção massiva de mulheres nas chamadas “lutas gerais”, contra o regime ditatorial e pela redemocratização, principalmente nos movimentos sociais com viés de esquerda (PINTO, 2003). No entanto, a luta específica contra a opressão das mulheres e em favor de seus direitos foi mal vista tanto pelos grupos conservadores e de direita, como também por muitos companheiros de esquerda (PEDRO, 2012). As mulheres que se organizavam em grupos feministas foram acusadas de serem apolíticas e de provocar a divisão do movimento, deixando de lutar contra a ditadura em prol de uma “revolução pessoal”.

Assim, as mulheres que lutavam por essas frentes começaram a organizar-se nos chamados “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, de modo que pudessem compartilhar experiências e elaborar estratégias de intervenção (GONÇALVES; PINTO, 2011). Entre os muitos assuntos debatidos, destaca-se a predominância de discussões comumente classificadas como “privadas”, como aquelas relacionadas ao corpo, à sexualidade e às violências sofridas pelas mulheres nas mais variadas áreas (PEDRO, 2012). Dessas discussões, nascem alguns slogans marcantes dessa onda, como “O pessoal é político” e “Nossos corpos nos pertencem”.

Sendo assim, a imprensa feminista brasileira da segunda onda surge na e da guerrilha, de forma que a diversidade de pautas e lutas das mulheres durante esse período ficam evidentes também nas páginas de seus periódicos (TELES; LEITE, 2013). Neste cenário, *Mulherio* desponta como um jornal feminista de destaque. Diante

da ascensão de discussões sobre as mulheres na imprensa da época, o *Mulherio* configura-se como uma alternativa à mídia tradicional hegemônica, onde as informações sobre as mulheres eram abordadas de forma superficial e estereotipada.

Em sua primeira edição, Adélia Borges apresenta o jornal como um veículo que se dedica:

[...] de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. (BORGES, 1981, p. 01).

Deste modo, promovendo um espaço para discussões sobre relações de gênero e críticas sobre situação da mulher, o *Mulherio* passa a contribuir e integrar a cena da imprensa alternativa feminista (MOSQUEIRA, 2014).

A trajetória do *Mulherio* pode ser dividida em três períodos. O primeiro, de março de 1981 a setembro de 1983, é composto por 16 números. Esse corresponde ao período em que o jornal foi financiado pela FCC, tendo a pesquisadora Fúlvica Rosemberg e a jornalista Adélia Borges como personagens de destaque na gestão do material. O segundo período, somando um total de 24 números, foi de maio de 1984 a abril de 1988, tendo sido marcado pelo fim do financiamento da FCC. Após uma pausa de sete meses, o *Mulherio* retorna sob responsabilidade editorial de Inês Castilho, havendo um aumento considerável de pautas culturais no periódico.

No último período (junho a julho de 1988, perfazendo dois números), *Mulherio* muda de nome para *Nexo* e sofre transformações significativas. A agenda da publicação passa a ser de cunho majoritariamente cultural, editada por dois homens: Duda Machado e Guto Lacaz. O feminismo se faz presente de forma mais modesta, impactado pelas transformações vividas ao redor do mundo e certa perda de fôlego do movimento, que se encaminhava para sua “terceira onda”.

A estrutura do *Mulherio* manteve-se a mesma ao longo de sua história, com leves variações de número para número. Cada edição trazia um tema central como pano de fundo, que geralmente servia de inspiração para a ilustração da capa: política, violência contra a mulher, creche, o 8 de março, racismo, entre outros. Três

categorias ganham destaque por estarem presentes com grande frequência em todas as edições. A primeira delas diz respeito a matérias de “divulgação acadêmica”, compreendendo a divulgação de teses, pesquisas e artigos, bem como atividades de núcleos de pesquisa, concursos, encontros e seminários acadêmicos, tanto nacionais quanto internacionais. Na sequência estão as “dicas de leitura”, que reúnem matérias que trazem indicações de livros teóricos, romances e ficção em torno da temática das mulheres. Por fim, encontram-se as matérias relacionadas à “cultura”, trazendo discussões sobre arte, música, cinema, rádio e televisão.

Estas três grandes categorias dão o tom do *Mulherio*: um periódico idealizado por mulheres de camadas médias, alto nível de escolaridade, jornalistas, escritoras, acadêmicas. Um jornal que nasce com a ideia de favorecer o intercâmbio entre diferentes produções e pesquisas desenvolvidas no Brasil e no mundo, e que acaba atingindo um número maior de mulheres do que poderia imaginar. Mas, ainda assim, devido ao seu tom acadêmico e à densidade de suas discussões, é possível pensar que não era um jornal para todas as mulheres.

Mulherio ganhou destaque na história da imprensa feminista brasileira por ter sido uma das poucas publicações que divulgava, questionava e discutia as demandas das mulheres e do movimento feminista da época. Suas matérias eram como arenas de debate, expondo e problematizando questões acerca dos desafios e desigualdades que permeavam a vida das mulheres no Brasil na época.

***Capitolina*: surfando na onda digital**

Enquanto no *Mulherio* havia uma demanda pelo reconhecimento mais efusivo do feminismo, a revista *Capitolina* emerge pela necessidade de representações femininas e adolescentes mais condizentes com a realidade, recorrendo a valores e ideais feministas em sua composição. *Capitolina* surgiu com intuito de representar todas as jovens, em especial aquelas que se sentiam excluídas pelos moldes tradicionais da adolescência.

Criada em 2014, a revista online e independente *Capitolina*, voltada para o público adolescente, foi idealizada pelas jovens Clara Browne, Lorena Piñero e Sofia Soter que, através de um grupo na rede social

Facebook, articularam-se para criar a revista. Em sua produção, *Capitolina* já contou com mais de 100 colaboradoras com idades entre 17 e 29 anos, dividindo as tarefas de editora, escritora, ilustradora, designer, revisora, fotógrafa, entre outras. Atualmente, a revista conta com 60 colaboradoras de idades e localidades variadas. O trabalho, sem fins lucrativos, é financiado por doadores e parceiros, garantindo a periodicidade das edições.

Capitolina é um exemplo das publicações que nascem em meio ao que algumas autoras chamam de quarta onda do movimento feminista. No Brasil, em especial, costuma-se situar essa passagem a partir da década de 2010, utilizando-se como marco a primeira edição da Marcha das Vadias no país – evento que contou com uma mobilização massiva através das redes sociais (PEREZ; RICOLDI, 2018). Como dito anteriormente, o que caracterizaria uma quarta onda dos feminismos não são, necessariamente, as temáticas abordadas, mas sua forma de organização e divulgação a partir das novas mídias.

Seguindo o modelo da imprensa alternativa, a *Capitolina* possui como um de seus marcadores o questionamento dos padrões hegemônicos propagados pela grande mídia, assim como é possível observar nas edições do *Mulherio*. Como bem colocado por Nathalia Parra (2016, p. 4), as narrativas jornalísticas predominantes na mídia *mainstream* “falham ao naturalizar o mundo e neutralizar contextos sócio-históricos, contribuindo para o reforço de estereótipos de gênero”. Dessa maneira, a revista em questão propõe que se priorize a valorização das pluralidades e dos diversos modos de estar no mundo, compreendendo a variedade de acontecimentos possíveis e questionando as ditas “certezas” difundidas.

Assim como *Mulherio*, a escolha do título da revista *Capitolina* já indica os ideais que perpassam este periódico. Em sua primeira edição, na matéria intitulada “*Oblíquas, dissimuladas e livres: um pouco do que somos e por que o somos*” (MIRANDA, 2014), a revista explica o porquê da escolha. Maria Capitolina, ou Capitu, personagem do clássico *Dom Casmurro* (1899) do escritor Machado de Assis, serviu de inspiração por ser uma mulher de personalidade forte e independente que, por fugir à regra, foi tachada de mau-caráter e

dissimulada. Como foi possível observar em nossa análise, essa desnaturalização-desconstrução de palavras/personagens é um movimento comum das revistas feministas, a fim de estranhar e denunciar minuciosidades e aspectos estruturais de uma sociedade misógina, heteronormativa, racista e capacitista. Nas palavras da própria revista:

Maria Capitolina, assim como todas as mulheres, fora injustamente julgada e rotulada ao longo dos séculos. É por isso que emergimos agora, usando seu nome como símbolo de feminilidade e homenagem à merecida audácia que nos torna livres de preconceitos e imposições. A revista *Capitolina* surge num contexto em que revistas femininas não condizem com o que nós somos, e sim com o que querem que a gente seja. Nossa personalidade forte abre espaço para todas se identificarem como meninas, mulheres, Capitolinas que não precisam de quem lhes diga o que vestir, que corpo ter ou do que gostar. (MIRANDA, 2014).

Mesmo que *Capitolina* não se auto intitule como uma revista feminista, percebe-se que o feminismo, em sua pluralidade, está no cerne da revista. A luta feminista é constantemente valorizada pela publicação. Tal fato pode ser verificado tanto por meio de matérias que abordam diretamente o tema, quanto através de outros textos que, mesmo sem abordar o tema, trazem os ideais de igualdade nas entrelinhas.

Assim como no *Mulherio*, cada edição de *Capitolina* gira em torno de um tema central. A diferença é que nesta, todas as matérias são relacionadas a este tema escolhido. Entre eles, podem ser citados: corpo, viagem, medo, cores, luta, magia, comida, conquista, amor, geração, humor. Cada edição inicia com uma “carta das editoras”, onde são feitas reflexões sobre o tema escolhido. Por se tratar de uma revista digital, sua lógica é diferente do *Mulherio*. Geralmente as matérias que compõem a edição não são publicadas no mesmo dia, sendo inseridas ao longo do mês.

Entre as categorias mais presentes na revista *Capitolina*, duas merecem destaque. A primeira refere-se a matérias sobre “cultura”, abrangendo arte, música, dança, TV, moda, teatro, entre outros. São artigos com dicas de filmes, séries, livros, análise de personagens, abordando a diversidade cultural do país e do mundo. Cabe ressaltar que, geralmente, estas matérias conversam com questões políticas, feminismos, racismo, buscando conteúdos mais próximos às leitoras para introduzir, explicar e exemplificar estas temáticas. A segunda

categoria mais frequente na revista chamamos de “vivências da/na adolescência”. Esta reúne, como o próprio nome faz referência, matérias que discutem questões da adolescência, como: relacionamento com os pais, amigos e parceiros/as; experiências e mudanças relacionadas ao crescimento; trocas de vivências entre as autoras e as leitoras; adaptação à nova fase da vida. As duas categorias mais presentes em *Capitolina* apontam para seu perfil: uma revista para adolescentes, que se utiliza de assuntos que fazem parte do cotidiano de suas leitoras para se aproximarem de temas mais densos, trabalhando-os com leveza e com linguagem acessível.

Em um panorama geral, o que se observa na *Capitolina* é um tom educativo-pedagógico, claramente dirigido ao seu público alvo. O tom adotado pela revista é propício para a popularização de princípios feministas a um público jovem e em formação, oportuno para incentivar mudanças que iniciam e perduram nas microesferas. Além disso, a popularidade e aceitação da revista coloca em evidência a juvenilização do movimento feminista na contemporaneidade.

Feminismos em revista: pautas e lutas nos últimos 40 anos

Aproximadamente quatro décadas separam *Mulherio* e *Capitolina*. Diferentes contextos históricos, políticos, culturais e tecnológicos fizeram com que a aproximação dos feminismos com a mídia ganhasse diferentes contornos. E com relação aos temas abordados por cada um desses periódicos? Muitas mudanças? Possíveis permanências? Quais pautas são levantadas em *Mulherio* e *Capitolina*? Quais feminismos estão presentes nesses veículos midiáticos?

A fim de refletir sobre essas questões, o presente texto abordará as formas como os feminismos são retratados em dois momentos diferentes de sua história no Brasil, através dos textos veiculados no *Mulherio* e na *Capitolina*. Para tanto, foram escolhidas, especialmente, matérias que tratam dos feminismos, do movimento feminista e de questionamentos que circundam esta questão. Por meio da análise destas foram levantadas algumas temáticas a serem exploradas a seguir: feminismos em movimento; a crise do feminismo; feminismos no plural; ser feminista ontem e hoje.

Importante ressaltar que estes tópicos não esgotam as discussões sobre feminismo nos periódicos consultados, sendo, apenas recortes a fim de trazer um olhar sobre como os feminismos circulavam em dois periódicos brasileiros em diferentes momentos e contextos.

Feminismos em movimento

A palavra ainda assusta um pouco, mas decididamente o feminismo já conquistou seu espaço no Brasil. Deixou de ser uma coisa de meia dúzia de pessoas, como em 1975, e hoje já se espalham, de maneira bem ampla na sociedade, as ideias dos direitos da mulher (MULHERIO, 1982, p. 11).

Com essa afirmação, a edição número 6 de *Mulherio*, publicada em março de 1982, inicia seu texto sobre o dia 8 de março - dia Internacional das Mulheres - destacando as lutas e conquistas na última década. Esta matéria traz a entrevista com cinco pioneiras da luta feminista no país: Branca Moreira Alves, Carmen da Silva, Heleieth Saffiotti, Iara Areias Prado e Raquel Moreno. As entrevistadas falam sobre a trajetória do movimento no Brasil e perspectivas para o futuro. Em suas falas, ficam evidentes os avanços, como o aumento do número de grupo de mulheres pelo país e a inserção de novas pautas - como aborto, creche e sexualidade - somadas às lutas já existentes no que diz respeito às reivindicações legais e trabalhistas pela igualdade. Por outro lado, destacam que apesar de algumas pautas terem ganhado visibilidade, o aborto continua sujeito à penalização, mantém-se a discriminação salarial e o marido continua a ser considerado o chefe da casa.

Uma preocupação que tangenciou todas as falas foi com relação à autonomia do movimento feminista, especialmente no período pós-ditatorial e pós eleições. As entrevistadas referem-se a um conflito entre as lutas específicas dos movimentos de mulheres e as lutas gerais, ligadas ao processo de redemocratização do país. Este mesmo assunto é abordado em outras edições do jornal. A matéria da edição 9 “*E a autonomia do movimento feminista, como vai?*” (CORRÊA, 1982, p.10) apresenta a preocupação com o lugar das pautas feministas - incorporadas pelos partidos durante o pleito eleitoral - após as eleições. Mariza Corrêa diz que a questão central é pensar em estratégias para que “a nossa atuação não seja simplesmente um item de programa partidário, mas também não esteja desvinculada de outras lutas sociais” (CORRÊA, 1982,

p. 10), destacando a inquietação em não desaparecerem da cena política.

A questão da autonomia do movimento volta a ser debatida na edição 11 de 1983, na matéria “*Nem sós nem mal acompanhadas*”. O texto - que é assinado pelo Grupo Feminista Germinal, do Rio Grande do Sul (1983, p. 8) - sugere que a autonomia do movimento estaria relacionada ao não atrelamento aos interesses de partidos políticos. Desatrelar-se dos partidos, argumentam as autoras, não significa desengajar-se na luta de classes e na tomada de poder pelos operários, pelo contrário. Em seu entendimento, o movimento deveria discutir, interferir e posicionar-se frente à política vigente, marcando que sua luta está no mesmo nível das lutas operárias.

Na mesma direção, encontra-se o editorial da edição 21 de *Mulherio*, intitulado “Dos anos de perigo à institucionalização”, assinado por Eva Blay. Neste evidencia-se que, mesmo diante da conquista de políticas públicas voltadas para as mulheres, a luta do movimento deve continuar, pois “Estar dentro do aparelho do estado não significa ter poder, significa apenas entrar numa outra esfera do debate político.” (BLAY, 1985, p. 02).

Todas essas reflexões quanto à autonomia do movimento levaram a questionamentos e discussões quanto ao futuro do feminismo no Brasil. A este respeito, a professora Iara Areias Prado afirma na edição 6:

Acredito que hoje o nosso grande desafio, enquanto militantes feministas dentro do movimento de mulheres é (...) a elaboração de uma política feminista. Adequada à realidade da mulher brasileira, a formulação de propostas concretas que nos permitam aglutinar este amplo, matizado e disperso movimento. (PRADO I. A., 1982, p. 17).

Essa política feminista, de acordo com Iara, passaria pela unificação de duas questões: as conquistas reais das mulheres brasileiras dentro da sociedade e a luta contra a discriminação ideológica, visando conscientização não só das mulheres, mas da sociedade como um todo.

A jornalista e escritora Carmen da Silva traz destaque, em sua fala, à solidariedade entre as mulheres. Carmen ressalta que esta solidariedade está atrelada a ações coletivas de mulheres, especialmente diante de casos

onde uma mulher tenha sofrido algum tipo de violência e/ou discriminação:

Ou seja, as mulheres estão se juntando para criar em toda a sociedade uma consciência feminista. Solidariedade feminina em atitudes concretas. E a sociedade começa a perceber que já não pode tratar a mulher como joguete, porque em torno dela existe o movimento feminista. (SILVA C., 1982, p. 12).

Quase quatro décadas depois, a importância da coletividade para o movimento também é assunto na revista *Capitolina*. Na matéria “*Com vocês ando melhor: o feminismo é coletivo*”, Helena Zelic ressalta que apenas a união entre mulheres pode destruir o patriarcado e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Em suas palavras: “O mundo machista sempre veio dizendo que mulheres juntas só brigam e que de mulheres juntas não se pode esperar nada. Mas nós vamos mostrando que é junto de nossas companheiras que vamos mudar o mundo! Vamos com tudo, mulheres!” (ZELIC, 2015).

Embora reconheça que a noção de “coletivo” constitui uma premissa para a luta feminista, Helena lembra que mesmo para quem não esteja envolvida em coletivos ou movimentos, é possível, ainda, ser feminista:

É feminista também a garota que não deixa barato as atitudes machistas dos meninos na escola, a garota que entende que assédio no transporte público é algo que devia acabar pra ontem, a garota que faz posts pela legalização do aborto na internet etc. Todas as mulheres que entendem que o patriarcado tá rolando solto e que a discriminação e a desigualdade devem acabar são mulheres feministas, é claro (ZELIC, 2015).

Nesse sentido, cabe destacar que é característico da revista a dialética das reflexões entre o “eu” e o “nós” (SILVA A. B. R. P., 2016): o “eu” pelo incentivo da autonomia, do autoconhecimento e da autenticidade naquela que lê; o “nós” pelo impulsionamento do coletivo e da sororidade, a fim de promover uma mentalidade do poder de transformação no público. Lia Machado (2018) aponta para a emergência e propagação de um novo feminismo no começo dos anos 2000, atrelado sobretudo à individualização e pluralização do movimento. Rayza Sarmiento (2017), por exemplo, afirma que as redes sociais propiciam a divulgação do feminismo a partir de uma perspectiva própria e individual, marcando a passagem da militância “do nós” ao ativismo do “eu”, o que, segundo a autora, facilita e estimula a aproximação das mulheres com o feminismo.

Essa diferenciação é melhor desenvolvida por Alfredo Veiga-Neto (2012), que posiciona a militância na esfera coletiva, enquanto no ativismo acentua-se mais o caráter individual. Assim, a militância está relacionada com ações coletivas que se baseiam em ideários comuns de um determinado grupo. Já o ativismo relaciona-se ao compromisso ético do ativista, o que demanda uma constante reflexão acerca de seus pensamentos e ações, entre a teoria e a prática (VEIGA-NETO, 2012). Vale ressaltar que tal posicionamento não é unânime e precisa ser melhor discutido, uma vez que é possível pensar que mesmo o ativismo não é um ato isolado, já que envolve uma causa coletiva.

Assim, seja no mundo analógico ou no meio digital, a movimentação do feminismo passa por uma luta coletiva. Por mais que alguns contextos, como o atual, valorizem o esforço individual – facilitado pelas ferramentas da esfera digital – fica explícito que é no coletivo que a luta se faz.

A crise do feminismo

E por falar em coletivo, quem pode fazer parte dessas lutas? Somente mulheres, ou há espaço para os homens? No *Mulherio*, a participação – ou não – dos homens no movimento feminista é uma questão bastante presente. Maria Malta Campos, que assina a matéria intitulada “*Feminismo e separatismo*” (CAMPOS, 1982, p.3), defende que seria o momento do feminismo brasileiro superar uma etapa e findar com a atitude separatista com relação à participação dos homens no movimento. Desde o início do texto, deixa claro que essa é uma postura polêmica, mas apresenta argumentos para defender essa posição.

Em resposta contrária ao posicionamento de Maria Campos, é publicado o texto “*Homens: sim ou não*”, escrito por Danda Prado, na edição 10. Danda inicia lembrando que qualquer homem, por mais humanista que seja, usufrui dos privilégios de viver em uma sociedade patriarcal. A autora defende a importância de que sejam mantidos encontros exclusivos para mulheres, pois são nesses espaços onde acontecem as reflexões e inquietações relacionadas às atitudes machistas às quais as mulheres são diariamente expostas. Danda Prado complementa afirmando que: “[...] as mulheres quando se reúnem e se organizam não

estão usufruindo ou defendendo privilégios nem tampouco o acesso a um poder unilateral. Estão, isto sim, se organizando para ‘existir’ numa sociedade codificada por homens.” (PRADO D., 1982, p. 03).

Na já citada matéria sobre o 8 de março (MULHERIO, 1982), na qual feministas pioneiras foram entrevistadas, esta questão também foi levantada. As três entrevistadas que a responderam (Heleieth, Raquel e Iara) posicionaram-se de maneira favorável à participação dos homens. Porém, grifaram que eles não devem estar à frente do movimento, pois cabe às mulheres o lugar de líderes e de vanguarda do movimento feminista.

Em maio de 1984, após sete meses sem publicação - devido ao fim do financiamento da FCC, como falado anteriormente -, *Mulherio* retorna com um texto de abertura assinado por Adélia Borges. Com o título “*Vamos que vamos, ou voltamos que voltamos*”, o texto é ilustrado com uma foto descontraída do grupo de mulheres que estaria à frente do *Mulherio*: Adélia Borges, Cecília Simonetti, Fúlvia Rosemberg, Inês Castilho, Lilita Figueiredo, Marlene Rodrigues e Vera Soares. Como pauta, debate-se uma possível crise do feminismo e, a partir deste assunto, retoma-se a reflexão sobre a participação dos homens no movimento. Desta forma, o jornal anuncia que pretende ampliar seu público, trabalhando assuntos que são associados ao universo masculino - economia, política, esporte - e incorporando o ponto de vista dos homens: “[...] pois entendemos que não se pode falar em ‘questão da mulher’ sem falar em ‘questão do homem’. Ou seja: queremos dar, sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas.” (BORGES, 1984, p.2).

Dessa forma, a reflexão iniciada em 1982 parece ter tomado a direção de trazer os homens para próximo às discussões feministas. E, mais do que isso, atraí-los como leitores do *Mulherio*. Ao longo das edições do jornal, é possível se deparar com algumas cartas de leitores homens, bem como matérias por eles assinadas, mesmo que em número bem menor quando comparado com a presença das mulheres.

Pode-se conjecturar que tanto o momento vivido pelo movimento feminista, quanto o contexto de reabertura política, levaram a este questionamento nas páginas do

Mulherio. Como visto, *Mulherio* estava situado na chamada segunda onda, mais especificamente em um momento de transição da segunda para a terceira onda. A partir de 1984, em várias edições estão presentes análises sobre a história do movimento, as mudanças, os desafios para o futuro e, especialmente, a crise do feminismo. Esta suposta crise, como será exposto a seguir, acentua as discussões sobre a presença dos homens nos grupos feministas, como se esta inserção representasse um avanço no movimento de mulheres.

Com relação ao contexto político, não se pode esquecer que se vivia, no país, a retomada da democracia, a ascensão dos partidos políticos e as lutas partidárias pelo poder. As pautas das mulheres ganhavam destaque na disputa pelos votos, assim como a presença das mulheres nos partidos. Cenário que pode, também, ter acirrado as discussões sobre a importância de serem firmadas parcerias com os homens em prol do crescimento e da garantia de agendas feministas.

E a crise? Estaria o feminismo passando por uma crise na década de 1980? Na matéria já citada “*Vamos que vamos, ou voltamos que voltamos*” (BORGES, 1984), esta questão aparece como central. De acordo com Adélia Borges, esta crise seria mundial, provocada por publicações de autoras como Betty Friedan e Germaine Greer, podendo ser identificada, também, com o fim de vários grupos de mulheres espalhados pelo Brasil. Em suas palavras:

Eu acho que isso acontece porque a crise está, na verdade, dentro de nós, no cotidiano das mulheres que poderíamos chamar genericamente de ‘liberadas’. E que nos flagramos agora com um certo mal-estar, desencanto, cansaço com alguns rumos que a ‘liberação’ trouxe às nossas vidas. (BORGES, 1984, p. 03).

Adélia argumenta que as mulheres conquistaram espaço profissional, mas acumularam funções, uma vez que as tarefas domésticas continuaram recaindo sobre elas. O número insignificante de creches é outro ponto que dificultava a vida das mulheres. Esses fatores, segundo ela, poderiam estar ligados a uma suposta crise do feminismo, um desencanto e desânimo após anos de luta.

Outra questão levantada foi o quanto as mulheres, para serem aceitas e conquistarem novos espaços, acabavam, por vezes, adotando a mesma postura autoritária que tanto criticavam nos homens. “E, numa dessas, a

promessa de igualdade transformou-se em apenas semelhança, ou melhor, caricatura.” (BORGES 1984, p.3). Este mesmo ponto é retomado na edição 26, em 1986, quando Sônia Malheiros Miguel, no artigo “*Feminismo: um olhar para dentro*”, traz à tona a importância de se pensar o autoritarismo nos grupos feministas.

Neste mesmo texto, Sônia Miguel aborda uma questão interessante, dando pistas de que mudanças estavam, de fato, acontecendo no feminismo brasileiro. Segundo ela, era possível identificar uma maior participação de mulheres no movimento, especialmente aquelas de camadas populares. Tal fato indicaria a pluralidade do movimento, apontando que as pautas feministas eram referentes não apenas a algumas mulheres, mas a todas.

Nesse mesmo sentido, Carmen Barroso tece reflexões sobre as críticas feitas por feministas a respeito das mulheres que foram eleitas no pleito de 1986, no texto “*Feminismo, feminismos*”, publicado em dezembro de 1987. Segundo tais críticas, nenhuma das mulheres eleitas era feminista: “[...] uma por estar ligada à Igreja, outras por submeterem os interesses das mulheres às causas partidárias, outras ainda por excesso de personalismo” (BARROSO, 1987, p.25). Contrária a esta opinião, Carmem exalta a pluralidade dos feminismos:

Feministas existem agora de todos os tipos e jeitos. Graças a Deus! Seria, no mínimo, muito monótono se todas saíssemos da mesma forma. E a variedade - de estilos de atuação, de áreas de interesse e mesmo de objetivos específicos - só pode contribuir para o vigor e a vitalidade do movimento. Isto desde que não desperdicemos nossas energias na tentativa inglória de estabelecer ‘o feminismo certo’. (BARROSO, 1987, p. 25).

É interessante perceber a presença de falas, especialmente nas edições do final dos anos 1980, que abordam a pluralidade do feminismo. Mesmo que ainda não estejam diretamente relacionadas a discussões sobre a questão da interseccionalidade, típicas da chamada terceira onda, é possível conjecturar que podem ser um prenúncio de mudanças no feminismo.

O final dos anos 1980 no Brasil é caracterizado por uma “dissociação entre o pensamento feminista e o movimento” (PINTO, 2003, p. 91), onde os movimentos sociais defrontam-se com novas formas de se organizar coletivamente. Nesse sentido, Gonçalves e Pinto (2011)

apontam que a terceira onda do feminismo brasileiro “oscila desde a emergência das teorias de gênero, para algumas, ao chamado ‘pós-feminismo’, para outras” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 30).

Com a reestruturação do país, sobretudo a partir do final da década de 1980, os movimentos sociais perdem parte de sua força política (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992). Tal fato leva as feministas a se articularem em outras esferas e instituições, dialogando com a academia², as organizações não governamentais e o Estado, especialmente para o desenvolvimento de políticas públicas (ZIRBEL, 2007).

Ao mesmo tempo em que a produção científica se voltava para a realidade das mulheres brasileiras e os movimentos de mulheres conquistavam políticas públicas específicas para elas, o feminismo desaparece dos jornais e a imprensa feminista começa a se extinguir (SCHMIDT, 2000), tal como acontece com o *Mulherio*, que tem sua última edição publicada em 1988. É nesse momento que o mercado editorial brasileiro e a mídia cultural decretam “a morte do feminismo, confundindo a crise das esquerdas e o esgotamento das palavras de ordem feministas dos anos 70 com a morte do próprio feminismo” (SCHMIDT, 2000, p. 80). Assim, o discurso “pós-feminista” declarava que os ganhos do movimento já haviam sido conquistados, e a falta de movimentações frequentes nas ruas era usada como prova de que o feminismo brasileiro não sobreviveria à virada do século (SARMENTO, 2017).

Este cenário, não muito amigável, não significa que o movimento feminista acabou, mas sim que passou por um período de latência. A história mostrou que as reflexões propagadas nas páginas do *Mulherio* sobre uma suposta crise do movimento, assim como um desencantamento com o feminismo, não eram infundadas. Grupos de mulheres podem ter se dissolvido, as pautas feministas já não estavam mais ganhando as ruas, porém, as discussões nas áreas dos estudos sobre as mulheres, dos estudos de gênero, e dos

estudos feministas ganhavam força no cenário acadêmico.

É possível dar destaque, por exemplo, às reflexões desenvolvidas por feministas negras³, que vieram alimentar um feminismo interseccional. As feministas interseccionais argumentam que as experiências de opressão não podem ser entendidas a partir de uma simples “soma” de marcadores, mas devem ser compreendidas como sobreposições complexas de diversas estruturas de dominação, que agregam questões de classe, raça, deficiência, orientação sexual, entre outras.

Feminismos no plural

Após o fim do *Mulherio* e do arrefecimento do movimento feminista no Brasil, pode-se encontrar, décadas mais tarde, os frutos das lutas e das discussões acadêmicas de um feminismo plural, ou melhor, dos feminismos no plural, nas páginas de *Capitolina*. São muitas as matérias que apresentam e discutem questões relacionadas a diferentes mulheres: negras, gordas, lésbicas, do campo e trans. Essa diversidade de mulheres estampadas nas páginas virtuais de *Capitolina* parecem apontar para um novo momento dos feminismos, voltado para a pluralidade e diversidade.

A própria escolha das jovens que assinam as matérias busca contemplar as diferentes mulheres, o que acaba por facilitar a identificação das leitoras com os conteúdos presentes na revista. Não se pode desconsiderar que o meio digital facilitou o diálogo entre quem produz o conteúdo e quem o consome, o que proporciona uma relação ainda mais estreita entre as editoras e as leitoras da *Capitolina*. Muitas vezes, inclusive, ex-leitoras tornam-se editoras/colaboradoras e vice-versa.

Como destacado anteriormente, *Capitolina* não é uma revista feminista, mas sim uma revista que é perpassada por ideais feministas, ou seja, o feminismo está em seu “DNA”. Dessa forma, as discussões relacionadas diretamente aos feminismos e ao movimento feminista não são tão frequentes quanto no jornal *Mulherio*. Ainda

Lorde. No Brasil, destacam-se nomes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

² A respeito de feminismo acadêmico nesta época, vale consultar o texto de Renata Cavazzana da Silva (2018).

³ Hazel Carby, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams, Kimberlé Crenshaw, Glória Anzaldúa e Audre

assim, é possível encontrar várias matérias que apontam tanto para novidades, quanto para permanências no que tange às reflexões feministas nas últimas quatro décadas.

Uma palavra associada frequentemente ao feminismo na atualidade é “empoderamento”. Em sua edição 10, no ano de 2015, *Capitolina* traz a matéria “*O que é empoderamento*”, escrita por Beatriz Trevisan. Para a autora do texto, o empoderamento é sempre coletivo:

É dar espaço ao outro, principalmente quando o outro tem uma vivência diferente da sua. É apoiar as outras mulheres e pessoas não-binárias em suas escolhas, ouvi-las e lutar tanto por elas quanto por si mesma. Não é lutar apenas por liberdade dentro da sua própria realidade, mas perceber tanto a si como parte do grupo, que a luta da outra pessoa, que está inserida em uma realidade diferente da sua, acaba se tornando tão importante quanto a sua luta individual, dando sempre o devido espaço para que cada um, com suas vivências, possa protagonizar essa luta. É como se o individual se tornasse insuficiente para o que queremos conquistar (TREVISAN, 2015).

Sabe-se que o termo “empoderar” é alvo de polêmica. Segundo Cecília Sardenberg (2006) não existe um consenso a respeito do termo “empoderamento”, sendo apropriado por diferentes discursos, sob distintas concepções. De uma perspectiva feminista, o termo pode ser entendido como “o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação” das mulheres (SARDENBERG, 2006, p. 2). É muito interessante a forma como *Capitolina* aborda este conceito, dando destaque à coletividade, escapando de uma visão individualista facilmente atribuída ao termo.

Assim como *Mulherio*, *Capitolina* traz matérias sobre o dia 8 de março, ou 8M como tem sido chamado atualmente. A matéria de Gabriella Beira, intitulada “*8 de março: dia internacional de luta das mulheres*”, traz elementos interessantes para pensarmos as permanências no que tange às pautas do movimento feminista ao longo da história. Beatriz lista cinco desafios/demandas para este dia. O primeiro, “respeita as mina!”, propõe: em lugar de flores às suas funcionárias, seus salários sejam equiparados aos dos homens; o fim de piadas machistas e do assédio sexual; fim de campanhas publicitárias que lucram com a

autoestima das mulheres; fim à violência contra as mulheres praticada pelos próprios parceiros.

“Protagonismo” é o segundo, trazendo o questionamento: é dia de qual mulher? “É preciso dar voz aos grupos de mulheres mais oprimidos dentro de nossa própria categoria e reconhecer nossos próprios privilégios.” (BEIRA, 2015). Neste ponto, Beatriz fala dos “aliados”, que seriam homens empáticos à luta feminista, lembrando-os que o movimento deve ser protagonizado pelas mulheres:

Utilize sua voz não para questionar mulheres, muito menos para tentar ensiná-las como militar e/ou o que deve ser importante no feminismo, mas para se desconstruir como pessoa opressora e problematizar atitudes opressoras de homens do seu círculo social. Para nós, feministas, isso já está de bom tamanho. Pode deixar que o resto a gente corre atrás, como sempre fizemos. (BEIRA, 2015).

Parece que esse debate não foi vencido nos anos 1980...

O terceiro ponto é “violência contra a mulher”, dando destaque à lei Maria da Penha⁴ e às conquistas do movimento neste quesito ao longo da história, apesar do machismo seguir ceifando vidas. Esta, também, é uma pauta bastante frequente nas edições do *Mulherio*. Em suas páginas foi possível acompanhar as lutas, derrotas e conquistas em torno do combate a este tipo de violência. *Mulherio* sempre se colocou à frente da luta pela criação de políticas públicas em prol das mulheres. A análise das diferentes matérias veiculadas ao longo de sua existência, nos proporciona acompanhar a evolução da institucionalização do combate à violência contra as mulheres, comemorada a cada conquista, como a criação das seguintes iniciativas e instituições: SOS mulher, Tribunal Bertha Lutz, Delegacias da Defesa da Mulher, Conselhos da Condição Feminina em alguns estados e Conselho Nacional da Mulher.

“Direito ao próprio corpo” é o quarto desafio/demanda, em que são explorados os temas de assédio sexual no espaço público, o direito de escolha relacionado ao próprio corpo e o aborto. O aborto certamente é uma das pautas onde os avanços são quase nulos. Isso sem falar das constantes ameaças de retrocesso que o circundam,

⁴ Trata-se da Lei 11.340/2006, criada com a finalidade de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

especialmente no contexto conservador atual. Nas palavras de Beatriz:

O aborto é mais do que uma escolha — ele segue acontecendo em condições das mais insalubres e a criminalização só serve para aumentar o número de mulheres penalizadas se não com a vida, com o cárcere. O aborto não é uma questão de religião, mas sim de saúde pública. *Pelo aborto legal e seguro, pela vida das mulheres!* (BEIRA, 2015).

Como já mencionado, o aborto também foi pauta frequente no *Mulherio*⁵. O que impressiona é o quanto o discurso mantém-se o mesmo, mesmo com um intervalo de 34 anos. Maria Carneiro da Cunha, na matéria “A lei ignora a realidade”, publicada no *Mulherio* em novembro de 1981, diz:

Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido? (CUNHA, 1981, p. 04).

Por fim, o último ponto é “Sororidade e Empoderamento”, lembrando que precisam ser problematizados tanto a sua profundidade quanto o seu alcance. Até que ponto elas têm englobado mulheres trans, negras, trabalhadoras, mães, com deficiência? Ressalta, ainda, que o empoderamento só é efetivamente uma ferramenta de emancipação quando acontece coletivamente.

A necessidade de serem ouvidas parece uma constante na luta das mulheres. No *Mulherio* isso aparece nas matérias que falam sobre as mulheres na política, sobre a possibilidade de discussão nos grupos de reflexão, sobre a invisibilidade das mulheres reais na mídia. Na *Capitolina*, a mesma necessidade se manifesta. Em “*Não me mande baixar meu tom*”, Isabela Peccini (2015) lembra que, historicamente, a voz das mulheres é silenciada. “Não precisa gritar, fica calma”; “Você está nervosa?”; “Mas pra que tanta agressividade?”; “Assim você perde a razão.”; “Não precisa ser tão radical!” e “Mulher é assim mesmo, menos racional, já sai falando alto.” são algumas das frases citadas pela autora no texto. Para uma questão tão antiga, Isabela traz uma reflexão atual sobre o quanto o meio digital facilita o processo de falar, através da construção de páginas,

blogs, sites e das *hashtags*. Com relação a estas, cita a “#meuprimeiroassédio” e comenta sobre sua importância como um espaço de fala e denúncia para muitas meninas/jovens/mulheres.

Nessa direção, cabe pensar em uma característica dos feminismos atuais, que seria o ativismo digital, também chamado de net-ativismo (BABO, 2017). Por meio dessa nova configuração de protesto público, a internet estabelece-se como arena política, um espaço de disseminação, organização e mobilização da ação coletiva. Dessa forma, é possível entender o ciberespaço como um território de possibilidades de subversão e desconstrução de discursos de poder-saber normalizantes, contribuindo para processos de subjetivação dissidentes.

Na matéria “*Novas tecnologias como forma de resistência*”, publicada em março de 2017, Débora Albu traz à tona a discussão sobre o ativismo digital. Segundo ela,

O espaço virtual transforma movimentos em redes. (...) A internet também possibilita uma horizontalidade maior em lutas sociais, uma vez que todos as pessoas envolvidas podem ter uma voz naquele movimento ou iniciativa. Isso acontece porque a difusão de agendas e pautas é potencializada, aumentando a quantidade de líderes ou até mesmo eliminando a necessidade de apontarmos pessoas para esse papel. (ALBU, 2017).

Débora lembra, ainda, que o acesso à internet deve ser problematizado, uma vez que ele pode ser um fator tanto de inclusão como de exclusão, tendo em vista que nem todos/as conseguem acessá-la. Por fim, a autora defende que o ativismo digital não substitui outras formas de luta, como as marchas e os cartazes, mas vem se somar a elas, proporcionando uma ressignificação de modos de luta e de resistência.

A cada edição, *Capitolina* publica uma “carta das editoras” relacionada com o tema eleito para aquele número. A matéria citada acima é da edição número 31, que tem como tema “luta”. A carta desta edição apresenta uma mensagem que mostra muito da ideia que está no cerne da revista, indicando o quanto os ideais feministas perpassam sua linha editorial:

⁵ Sobre aborto no *Mulherio*, consultar Yasmin Sayegh Al Kas (2016).

A Capitolina nasceu da nossa crença que as adolescentes e jovens são uma força de extrema importância na luta por direitos iguais e respeito. A gente sabe que às vezes parece que o mundo tenta nos convencer de que não vale a pena lutar, que não vamos chegar a lugar nenhum... Mas isso não deve nos impedir de lutar pelo que acreditamos. Lembrem sempre que vocês não estão sozinhas na luta e que somos mais fortes juntas. A Capitolina é composta por um time de mulheres que acreditaram que unidas podem fazer uma comunicação diferente e estamos aqui três anos depois fazendo exatamente isso para e com vocês.” (SILVA V. R.; CARDOSO, 2017).

Na sequência, as autoras lembram às suas leitoras as diferentes maneiras pelas quais elas podem se engajar às lutas. Entre elas: assinar petições online; juntar-se a marchas ou protestos; criar ou reunir-se a grupos que discutam temas de seu interesse; fazer arte política; integrar-se ao movimento estudantil da escola; ouvir mais o que os grupos marginalizados têm a dizer e ler textos sobre o tema. Algumas estratégias são novas, outras, porém, são caras ao movimento feminista há bastante tempo, como a importância dada aos grupos. Impossível não pensar nos grupos de reflexão das décadas de 1970 e 1980, onde mulheres se reuniam a fim de discutir situações em comum diante de uma sociedade desigual e pautada em atitudes e ideais machistas. Estratégia que se mantém atual, seja em grupos na “vida real”, seja em grupos virtuais.

Mesmo que não esteja falando diretamente de feminismo, é interessante perceber, tanto nesta carta quanto em grande parte do discurso que circula na *Capitolina*, seu comprometimento com as lutas sociais. As leitoras de *Capitolina* são convocadas, em cada matéria, a engajarem-se às lutas, a adotarem posicionamentos ético-políticos e comprometidos com a promoção da igualdade seja de gênero, raça, credo ou social.

Tanto *Mulherio* quanto *Capitolina* dedicam parte de suas matérias para apresentar grupos de mulheres que se reúnem em torno de um ideal. No *Mulherio*, por exemplo, existia a seção “Mulheres em movimento”, que trazia notícias de mobilizações de mulheres no Brasil e no mundo, contemplando tanto atividade de militância nas ruas, quanto no meio acadêmico.

Capitolina, por sua vez, ao falar das lutas de mulheres negras, trans, travestis, lésbicas, gordas, do campo, bem como sobre a existência de mulheres astronautas,

produtoras de cinema, inventoras, programadoras e quadristas, traz as conquistas, os desafios e as lutas inerentes a cada uma dessas mulheres na conquista de seu espaço. No contexto contemporâneo, essa pluralidade ganha visibilidade através do meio digital. E, inegavelmente, *Capitolina* sabe utilizar essa característica dos novos tempos digitalizados.

Ser feminista ontem e hoje

Por fim, cabe uma reflexão sobre ser feminista nos anos 1980 e ser feminista atualmente. Em uma das suas últimas edições de *Mulherio*, em 1988, Isabel Vasconcellos no texto “*Feminista? Quem? Eu?*”, falava sobre o medo que muitas mulheres tinham do rótulo de “feminista”, associada à imagem de mulher histórica e frustrada. Isabel lembra que:

Qualquer mulher que identifique sua própria discriminação, qualquer mulher que defenda a igualdade de oportunidades para os sexos, qualquer mulher que não se sujeite às ‘facilidades’ inerentes à postura de ‘sexo frágil’, qualquer mulher que questione a desigualdade entre homens e mulheres, queira ou não queira, é feminista. (VASCONCELLOS, 1988, p. 12).

Em *Capitolina* a resistência ao rótulo de feminista não aparece. Algumas matérias recuperam o histórico das lutas feministas, das muitas mulheres que nos antecederam e que fizeram a história do movimento e das conquistas. O sentido do que é ser feminista em muito se assemelha ao que era propagado nos anos 1980 no *Mulherio*. Helena Zelic, na matéria “*Somos as netas de todas as bruxas que vocês não conseguiram queimar*”, publicada em outubro de 2014, traz o que entende por ser feminista no século XXI.

Ser feminista hoje em dia ainda significa confrontar os dogmas patriarcais da sociedade. E, sendo feministas, devemos ter orgulho da luta de todas as mulheres, da força de todas elas, e afirmar: somos, sim, as netas de todas as bruxas que vocês não conseguiram queimar. E seguiremos em frente. (ZELIC, 2014).

Não resta dúvidas de que se auto intitular feminista atualmente é bem diferente de fazê-lo há 40 anos. Na história recente tem-se assistido a uma popularização do feminismo, sendo possível, até mesmo, afirmar que ser feminista “está na moda”. Um exemplo disso é a quantidade de produtos comercializados levando palavras de ordem feministas, ou a própria palavra “feminismo” ou “sou feminista”. Desde camisetas caríssimas da marca francesa de alta costura Dior, até camisetas nas lojas populares, o “feminismo” está

estampado e vendendo como nunca. Essa popularização, ao mesmo tempo em que possibilita a abertura de novos espaços para performances feministas, também abriga, por outro lado, uma possível pasteurização, vulgarização e mercantilização do movimento, haja vista a desconsideração das lutas feministas.

Fala-se, então, da existência de um “feminismo de mercado”, alinhado a uma agenda liberal e individualista, onde os ideais feministas acabam, por vezes, sendo cooptados para fins mercadológicos. Percebe-se, então a presença de um discurso feminista, na sua versão mais palatável e neoliberal, onde autonomia, liberdade e “empoderamento” são pensadas, especialmente, do ponto de vista individual (ARNDT; MIGUEL, 2019).

Porém, essa mesma ascensão do feminismo vem acompanhada de uma onda de ataques aos ideais feministas e aos direitos das mulheres. Como bem nos lembra uma afirmação comumente atribuída à Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”⁶ Infelizmente, esta afirmação grita em nossos ouvidos no contexto contemporâneo.

Examinar as páginas de *Mulherio* e de *Capitolina* permitiu vislumbrar o quanto a maior parte das pautas feministas – mesmo com alguns avanços - mantêm não só sua atualidade como também sua pertinência em uma sociedade que continua marcada por desigualdades de gênero, de classe e de raça. Ainda que guardadas as diferenças entre os dois periódicos quanto ao público alvo e ao objetivo da publicação, ambos nos apresentam retratos dos diferentes momentos dos feminismos no Brasil.

Assim, pode-se pensar que tanto *Mulherio*, quanto *Capitolina*, viveram/vivem momentos peculiares do nosso país: ditadura militar e processo de redemocratização por um lado; e uma política conservadora e de cerceamento de direitos por outro

lado. Independentemente do cenário – seja a caminho da democracia, seja na luta pela manutenção desta mesma democracia; seja por meio de grupos de reflexão, seja através de *hashtags* – as mulheres mantêm-se reunidas em torno de pautas feministas, cumprindo um papel central de resistência e de luta.

Referências

- ALBU, Débora. Novas tecnologias como formas de resistência. **Capitolina**, 2017. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/novas-tecnologias-como-formas-de-resistencia/>>. Acesso em: 11 de jul. de 2020.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).
- ARNDT, Gilmar Joanol; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Para todEs: reflexões acerca do *femvertising*. In: OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de (Org). *Publicidade e Gênero: representações e práticas em questão*. Santa Maria: Facos-UFSM, 2019. 171-193.
- BABO, Isabel. Redes e ativismo. In: DI FELICE Massimo; ROZA, Erick; PEREIRA, Eliete (Org). *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas: Papyrus Editora, 2017. 77-88.
- BAÑÓN, Sonia Reverter. Ciberfeminismo: de virtual a político. *Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, Madri, v. 10, n. 2, 451-461, 2013.
- BARROSO, Carmen. Feminismo, feminismos. **Mulheiro**, São Paulo, p. 25, dez.-fev. 1987.
- BEIRA, Gabriella. 8 de março: dia internacional de luta das mulheres. **Capitolina**, 2015. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/8-de-marco-dia-internacional-de-luta-das-mulheres/>>. Acesso em: 11 de jul. de 2020.
- BLAY, Eva Alterman. Dos anos de perigo à institucionalização. **Mulherio**, São Paulo, p. 2, mai.-jun. 1985.
- BORGES, Adélia. Nossa pauta. **Mulherio**, São Paulo, p. 1, mar.-abr. 1981.

⁶ Após exaustiva busca, não foi encontrada a referência desta citação. Em sites nacionais e internacionais, assim como em trabalhos acadêmicos, ela é atribuída à Simone de Beauvoir.

Optamos por manter a sua autoria, mesmo sem termos encontrado como referenciá-la.

_____. Vamos que vamos! Ou: voltamos que voltamos. **Mulherio**, São Paulo, p. 1, mai.-jun. 1984.

CAMPOS, Maria Malta. Feminismo e separatismo. **Mulherio**, São Paulo, p. 3, set.-out. 1982

CORRÊA, Mariza. E a autonomia do movimento feminista, como vai? **Mulherio**, São Paulo, p. 10, set.-out., 1982.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 8, p. 139-167, 1989.

CUNHA, Maria Carneiro. A lei ignora a realidade. **Mulherio**, São Paulo, p. 4, nov.-dez. 1981.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX - Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FARRELL, Amy Erdman. **A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular**. São Paulo: Barracuda, 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Uma história. [online]. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>. Acesso em: 12 de jul. de 2020.

FREITAS, Viviana Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. *história, histórias*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 149-166, 2014.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Soc. estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GRUPO FEMINISTA GERMINAL. Nem sós nem mal acompanhadas. **Mulherio**, São Paulo, p. 8, jan.-fev. 1983.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 25-46, 2011.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um encontro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737-763, 2006.

KAS, Yasmin Sayegh Al. *Imprensa feminista, jornal Mulherio (1981-1988) e a defesa do direito ao aborto*

no Brasil. 2016. 35 f. TCC – Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LEMONS, Marina Gazire. *Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. 129.

MACHADO, Alleid Ribeiro. Das sufragettes ao feminismo de hashtag: uma conversa sobre os novos feminismos. In: ENCONTRO DE GTS DE PÓS GRADUAÇÃO, 7, 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.47. 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista de Sociologia e Política*. v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. **Mulherio**, São Paulo, p. 18, set.-nov. 1986.

MIRANDA, Laura. Oblíquas, dissimuladas e livres: um pouco do que somos e por que o somos. **Capitolina**, 2014. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/obliquas-dissimuladas-e-livres-um-pouco-que-somos-e-por-que-o-somos/#:~:text=Obl%C3%ADquas%2C%20dissimuladas%20e%20livres%3A%20um,por%20que%20o%20somos%20E%80%94%20Capitolina&text=A%20enigma%3A%20A%20M%C3%A1ria%20Capitolina%20pessoa,em%3B%20a%20fada%20do%20fracasso>>. Acesso em: 11 de jul. de 2020.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. Mulheres e imprensa: as representações sobre o feminino no *Mulherio* (1981-1987). In: ENCONTRO DA ASSOCIACAO NACIONAL DE HISTORIAS, SEÇÃO MATO GROSSO DO SUL, 12, 2014.

MULHERIO. Estamos menos longe. **Mulherio**. São Paulo, edição 6, p. 11-17, mar.-abr. 1982.

PARRA, Nathalia Garcia. A compreensão na construção da comunicação feminista. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO, 12, 2016

PAVEAU, Marie-Anne. *Les Prédiscours*. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (Org). *Por*

uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 61-151.

PECCINI, Isabela. Não me mande abaixar meu tom! **Capitolina**, 2015. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/nao-me-mande-abaixar-meu-tom/> >. Acesso em 11 de jul. de 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda” – corpo, prazer e trabalho. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 238-259, 2012.

PEREZ, Olivia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. 1. Ed, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Danda. Homens: sim ou não? **Mulherio**, São Paulo, p. 3, nov.-dez. 1982.

PRADO, Iara Areas. Estamos menos longe. Entrevista concedida a Leda Beck. **Mulherio**, São Paulo, Edição 6, p. 17, mar.-abr. 1982.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, Salvador, 2006.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921-2016)*. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2017. 219.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n.2, 77-89. 2000.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, número especial, 17-22. 2004.

SILVA, Ana Beatriz Rangel Pessanha. Da revista feminina à revista feminista: entre o correio

sentimental e a militância terapêutica. *Entremeios*, Rio de Janeiro, v.13, n.1, Janeiro/Junho. 2017.

SILVA, Carmen. Estamos menos longe. Entrevista concedida a Helena Salem. **Mulherio**, São Paulo, edição 6, p. 12, mar.-abr. 1982.

SILVA, Renata Cavazzana da. Feminismo acadêmico através das páginas do *Mulherio* (1981-1988). In: ANAIS ELETRÔNICOS DO VII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE E DO III LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, Rio Grande, 2018.

SILVA, Vitória Régia; CARDOSO, Gleici. **Capitolina**, 2017. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/carta-das-editoras-31-luta/>> . Acesso em: 11 de jul. de 2020.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

TREVISAN, Beatriz. O que é empoderamento? **Capitolina**. 2015. Disponível em: <[VASCONCELLOS, Isabel. Feminista? Quem? Eu???? **Mulherio**, São Paulo, p. 12, abr.-mai. 1988.](http://www.revistacapitolina.com.br/o-que-e-empoderamento/#:~:text=O%20que%20C3%A9%20empoderamento%3F,%E2%80%94%20Capitolina&text=O%20que%20C3%A9%20empoderamento%3F,-Quando%20eu%20escolhi&text=Podemos%20entender%20o%20empoderamento%20como,de%20n%C3%B3s%20al%C3%A9m%20do%20individual.>>. Acesso em: 11 de jul. de 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista brasileira de educação*, Campinas, São Paulo, Vol. 17, n. 50, 267-282, maio/agosto. 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: a imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6, Niterói, 2008.

ZELIC, Helena. Com vocês ando melhor: o feminismo é coletivo! **Capitolina**, 2015. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/com-voce-ando-melhor-o-feminismo-e-coletivo/#:~:text=Ilustra%C3%A7%C3%A3o%20>>

Helena Zelic-
,Com%20voc%C3%AAs%20e%20melhor%3A%20o%20feminismo%20C3%A9%20coletivo!,militar%20em%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20feminista.&text=Isso%20n%C3%A3o%20significa%20que%20s%C3%B3,e%20movimentos%20claro%20que%20n%C3%A3o>. Acesso em: 11 de jul. de 2020

_____. Somos as netas de todas as bruxas que vocês não conseguiram queimar. **Capitolina**. 2014.

Disponível em:

<<http://www.revistacapitolina.com.br/somos-netas-de-todas-bruxas-que-voces-nao-conseguiram-queimar/>>

Acesso em: 11 de jul. de 2020.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. “Memórias de ‘Histórias Femininas, Memórias e Experiências’”.

Cadernos Pagu (8/9)1997: pp.343-354

MOTTA, Alda Britto da. “As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento”. **Cadernos Pagu** (13)1999:pp.191-221

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15

SALOMÃO, Waly. **Algaravias: câmara de ecos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007

SOUZA, Lucília Maria do Carmo. Campo Formoso (BA), **Entrevista realizada em outubro de 2017**. Gravada por Ana Carolina Sousa Lima, transcrita e organizada por Firmiane Venâncio do Carmo Souza

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. “História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição”. **História Oral**, v.16, n.2, p.55-71, jul./dez.2013

TEDESCHI, Losandro. “Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais”. **História Oral**, v.12, n.1-2, p.177-206, jan.-dez. 2009.